

TRABALHO, CAPITALISMO E ESPAÇO: ENTENDENDO A DINÂMICA ESPACIAL CAPITALISTA

Julio Cesar Pereira Monerat

Programa de Pós-graduação em Geografia – UFJF, Rua José Lourenço Kelmer, s/n. Juiz de Fora - MG
IF Sudeste MG – Campus Muriaé, Av. Monteiro de Castro, 550. Muriaé - MG
E-mail: julio.monerat@gmail.com

Resumo

A relação entre sociedade e natureza constitui-se como uma relação técnica e uma relação social, articulando forças produtivas e relações sociais de produção em um modo de produção. Tais relações se dão em determinados espaços e tempos que, por serem marcados por uma processualidade fundada nas contradições sociais configuram-se como espacialidades e temporalidades. O modo de produção capitalista caracteriza-se como uma espacialidade e uma temporalidade constituídas após um período de formação e consolidação. No entanto, sua dinâmica, marcada por contradições, engendra crises que são superadas ainda dentro da lógica de valorização do capital pela expansão da espacialidade capitalista através da incorporação de novos espaços, bem como do aprofundamento da exploração.

Palavras-chave: Capitalismo; modo de produção; espacialidade.

Résumé

La relation entre la société et la nature est constituée comme une relation technique et une relation sociale, en articulant les forces productives et les rapports sociaux de production dans un mode de production. Ces relations sont pour certaines périodes et des espaces qui, étant marqué par un caractère processuel fondé les contradictions sociales apparaissent comme spatialité et la temporalité. Le mode de production capitaliste est caractérisé comme une spatialité et la temporalité formé après une période de formation et de consolidation. Cependant, sa dynamique, marquée par des contradictions, engendre crises sont surmontées même dans la logique de l'appréciation du capital par l'expansion de la spatialité capitaliste grâce à l'incorporation de nouveaux espaces, ainsi que d'explorer plus loin.

Mots-clés: Capitalisme; mode de production; spatialité.

Introdução

O entendimento da relação sociedade-natureza através do trabalho é nosso propósito nessa reflexão onde buscaremos compreendê-la como um processo marcado tanto por uma historicidade, quanto por uma espacialidade que se articulam dialeticamente. Essa relação de trabalho não pode ser entendida apenas como uma relação de um ser genérico com a natureza, mas sim como articulada a relações sociais específicas,

onde classes e grupos sociais se relacionam entre si e com a natureza de múltiplas formas. Como afirma Moreira,

o processo de socialização da natureza materializa-se em uma *totalidade estruturada de relações com determinações sociais*” e, reforçando o caráter dialético desse entendimento, “temos, então, a totalidade estruturada e as múltiplas determinações, uma brotando da outra, numa dialética em que a

totalidade estruturada torna-se determinação, ora as múltiplas determinações tornam-se realidade estruturada” (MOREIRA, 2012; grifo do autor).

Ressaltando que essa estruturação assume diferentes formas sociais, mas é marcada pelo contínuo movimento, Moreira identifica tais formas como *formas econômico-sociais*. A forma do arranjo espacial será a expressão visível do processo de socialização da natureza, ou a forma material visível da estrutura da formação econômico social, permitindo concluir que “o espaço geográfico é uma formação sócio-espacial, isto é, uma expressão fenomênica da formação econômico-social” (idem).

Sendo assim, no decorrer da história, a relação sociedade-natureza se modificou, implicando em contínuas mudanças no espaço geográfico. Entender esse processo leva necessariamente à compreensão do processo de trabalho como sendo simultaneamente uma relação entre sociedade-sociedade (entendida enquanto relação entre grupos e classes sociais historicamente e espacialmente localizados) e sociedade-natureza (enquanto relação mediatizada pela técnica, também historicamente e espacialmente localizadas). Ressaltamos desde já que se trata de uma reflexão que, por ser dialética, busca apreender a totalidade em seu contínuo movimento produzido por suas múltiplas contradições, o que, por sua vez, insere nosso entendimento uma linhagem crítica que busca suas referências na obra de Marx e outros pensadores que contribuíram para a configuração do marxismo.

Trabalho, ser social e espacialidade

Como relação genérica do ser humano com a natureza, o processo de trabalho será responsável por uma diferenciação ontológica entre humanidade e natureza. A humanidade é aquela parte da natureza capaz de um distanciamento da mesma que possibilita que tanto uma quanto outra sejam transformadas. Nessa relação, a técnica é entendida como a materialização de uma determinada mediação entre humanidade e natureza. O processo de trabalho possui diversos componentes articulados à motivação para a satisfação de uma necessidade material. Satisfeita tal necessidade, por sua vez, a própria satisfação da mesma, bem como o próprio devir histórico, engendrarão outras necessidades a serem satisfeitas através do processo de trabalho.

A dinâmica de *necessidade-satisfação de necessidade*, porém, não se dá de uma forma cíclica - como em um eterno retorno comum aos animais que buscam

sempre as mesmas e repetidas formas de satisfação de suas necessidades -, mas, resolve-se de diferentes formas no decorrer da história, já que o dinamismo modifica tanto as necessidades quanto a sua forma de satisfação. Assim, ainda que seja possível entender o processo de trabalho enquanto uma genérica relação sociedade-natureza que fundamenta o ser social, é preciso enfatizar que o mesmo não se dá em um plano abstrato, mas na concretude histórico espacial.

No mundo concreto de homens e mulheres o trabalho possui, portanto, uma dimensão técnica que é dialeticamente articulada a uma dimensão social. Sendo assim, ao mesmo tempo em que é uma relação *sociedade-natureza*, também o é uma relação *sociedade-sociedade*, entendida como grupos e classes sociais que se relacionam.

Enquanto o estudo técnico da relação sociedade-natureza se concentra na análise das forças produtivas, a análise da relação sociedade-natureza-sociedade incorpora o entendimento das relações sociais de produção. O conjunto de forças produtivas e relações sociais de produção configura-se como um modo de produção. É importante frisar que entre forças produtivas e relações sociais de produção há uma relação dialética assim definida por Marx:

na produção social da sua vida os homens entram em determinadas relações, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada etapa de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. [...] Numa certa etapa do seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é apenas uma expressão jurídica delas, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham até aí movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se em grilhões das mesmas. Ocorre então uma época de revolução social (MARX, 1996).

O modo de produção atualiza no tempo e no espaço a relação genérica sociedade-natureza. Por *tempo* identificamos a sucessão dialeticamente contínua e descontínua dos múltiplos instantes em um dado espaço. Assim, o tempo se configura como *temporalidade* que se vai constituindo de instantes em sequência, ainda que possam ocorrer rupturas, e que possui uma determinada inexorabilidade, ou seja, não é possível fazer a seta de o tempo regredir. Em um determinado espaço pode-se perceber a temporalidade, ou o passar do tempo acontecendo. Por *espaço* estamos identifican-

do a articulação dialeticamente contínua e descontínua dos múltiplos locais existentes em um determinado tempo, ou seja, os múltiplos lugares que compartilham de uma simultaneidade temporal. Assim, *não é possível entender tempo e espaço em separados, mas dialeticamente articulados em múltiplas escalas.*

Como são marcados pelo devir, espaço e tempo são continuamente (re) construídos, o que reforça sua processualidade enquanto *temporalidade e espacialidade*. Como (re) construção permanente, temporalidade e espacialidades tanto determinam as relações sociedade-natureza-sociedade, quanto são por elas determinadas.

Importante também destacar que, ao analisar a concretude da relação sociedade-natureza enquanto modo de produção, seja considerada como *elemento fundamental* para a dialética da relação forças produtivas e relações sociais de produção aquelas *relações de propriedade dos meios de produção* que se estabelecem na dinâmica social. Onde um determinado grupo ou classe social apropria-se de parte da natureza e/ou das ferramentas que possibilitem o processo de trabalho, estabelecem-se relações sociais específicas que, por sua vez, articulam-se diretamente com a questão do controle do excedente. É esse controle do excedente por parte da sociedade que estará na raiz da disputa hegemônica por grupos e classes sociais dentro de um modo de produção, configurando-se como contradição de classe e luta social.

Os diferentes modos de produção constituíram-se histórica e espacialmente – se formaram, atingiram seu auge e declinaram – através de uma processualidade marcada pelas contradições globais e em especial aquelas fundantes relacionadas à apropriação do excedente. Na concretude da formação sócio-espaço-temporal há uma articulação entre *fatores objetivos* e *fatores subjetivos*. Enquanto os elementos objetivos estabelecem *limites e possibilidades*, os fatores subjetivos se constituem como os que podem tanto se acomodar aos limites, quanto forçar sua superação, e ainda como aqueles que podem se aproveitar (ou não), para construir (ou não) as possibilidades.

Capitalismo, espacialidade e temporalidade

Nosso estudo da constituição da hegemonia espaço-temporal do capitalismo se desdobrará em duas etapas: na primeira estaremos estudando o período de formação de sua hegemonia, para, em seguida, buscar compreender a sua dinâmica de manutenção enquanto modo de produção hegemônico.

Modo de produção capitalista e transição

O longo período de formação do modo de produção capitalista ainda no interior da formação sócio-espaço-temporal feudal é denominado de período de transição ou de *acumulação primitiva de capital*. Em sua dinâmica sócio-espacial europeia, o modo de produção capitalista se constitui como um processo de expropriação dos produtores de seus respectivos meios de produção. Como afirma Marx (1996):

O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira do trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de produção e sobrevivência e (que) convertem em assalariados os produtores diretos (...). O produtor direto, o trabalhador, só pode dispor de sua pessoa depois que deixou de estar vinculado à gleba (...).

E isso se dá no campo e também na cidade, expropriando os trabalhadores dos meios de produção e transformando a força de trabalho em mercadoria. Estando “livres” dos meios de produção – tanto no sentido em que o servo deixa de estar preso à terra, quanto na condição de não mais os possuir – é que os trabalhadores do campo e da cidade são obrigados a dispor no mercado da única mercadoria que possuem, ou seja, sua força de trabalho. Tornam-se, assim, aptos a serem explorados através da extração de mais-valia enquanto proletariado operando as máquinas-ferramentas do sistema fabril.

No campo – e aqui vamos nos ater ao caso clássico que é aquele ocorrido na Inglaterra –, esse processo se dá através dos chamados cercamentos dos campos ou *enclosures*, quando os chamados campos comuns são cercados com o objetivo de transformar a propriedade agrícola em uma “empresa capitalista manejada segundo critérios de lucro e dentro de princípios individualistas” (FALCON & MOURA, 1989). Os direitos coletivos do sistema comunitário, do qual os servos faziam parte, são suprimidos no que tange às terras, pastos e florestas, provocando o êxodo de grande parte dos camponeses ou tornado parte deles em assalariados do campo. O cultivo de cereais que se dava na dinâmica feudal passa a ser substituído, em um primeiro momento, pela criação de ovelhas motivado pela rentabilidade desta no mercado internacional. Já no século XIX, os cercamentos atingem seu auge com a *Revolução Agrícola* e a intensificação da produção de cereais, mas em bases já capitalistas.

A dinâmica sócio-espacial revela que a expropriação dos trabalhadores do campo de seus meios de produção altera sua condição social, quando deixam a condição de servos e se veem obrigados à venda de sua força de trabalho em um processo de proletarização. Essa venda da força de trabalho se dá na cidade nas unidades fabris e também nos campos, com o assalariamento do trabalhador rural, sendo que em ambas há a constituição de *uma nova forma de relação social e espacial*, da qual o êxodo rural é mais visível, mas que também está presente na relação que se estabelece entre sociedade e natureza. Dessa forma, não é só a *força de trabalho que se mercantiliza*, mas também a *terra se torna uma mercadoria*. Ou seja, há um processo de *mercantilização da natureza* que, por não ser ela mesma resultado de um processo de trabalho – ou de extração de mais-valia – deve ser entendido como produção de capital, ou acumulação de capital.

Na cidade se poderão perceber os reflexos dessa dinâmica do campo, já que é para lá que se dirigem os camponeses expropriados. Mas também no espaço urbano se dá um processo de expropriação que atingirá em especial os artesãos. Ou seja, de maneira similar ao que aconteceu aos trabalhadores rurais, os trabalhadores das cidades perderão paulatinamente o controle sobre os seus meios de produção quando a antiga oficina, articulada à corporação e com sua dinâmica própria de atendimento ao mercado local, assume uma condição de manufatura voltada para mercados distantes, além de forçar separação dos artesãos de seus meios de produção, bem como de seu *saber fazer* através da ampliação da divisão social do trabalho. De artesão a proletário fabril, também aqui se pode encontrar a mercantilização da força de trabalho em uma dinâmica social de proletarização e também uma processualidade espacial em que os trabalhadores passam a ser espacialmente organizados tanto no interior das fábricas, quanto em seu exterior, haja vista a constituição de bairros operários onde eles pudessem ser mais controlados pelo capital. Há uma espacialidade capitalista-proletária nas fábricas e nos bairros operários, como se pode verificar.

A formação do proletariado se dá de uma forma extremamente violenta, incluindo legislações que puniam seriamente a vadiagem. A submissão do corpo do trabalhador camponês e artesão à disciplina fabril é marcada pela repressão e vigilância contínua do capital através da força estatal, incluindo policiais, juizes e tribunais até chegar ao controle exercido pela máquina-ferramenta posta a funcionar nas nascentes indústrias através da força hidráulica em um primeiro momento e movida pela energia a vapor logo a seguir. Além da espacialidade decorrente das diferentes energias

utilizadas, o capital encontra na energia não-humana uma forma de não apenas aumentar a produtividade do trabalho, mas também de controlar a força de trabalho ao determinar o ritmo da produção através das máquinas-ferramentas.

Todo esse controle do capital sobre o trabalho, contudo, não se dará sem resistência da classe trabalhadora nascente que se mobilizará destruindo as máquinas tidas, em um primeiro momento, como as causadoras de tanto sofrimento e logo a seguir com a formação de movimentos reivindicativos, tais como o cartismo, até chegar aos sindicatos. Processualidade essa que demonstra que a construção da hegemonia do modo de produção capitalista não se fundamentou apenas em consensos, mas sim em uso continuado de violência.

Nas relações sócio-espaciais *para além da Europa*, o modo de produção capitalista nascente encontrará outras modalidades de formação daquele capital inicial que possibilitará o desenvolvimento da maquinofatura. Para isso contribuíram, dentre outras menos relevantes, a colonização da América, o tráfico de escravos negros africanos e até mesmo as diferentes formas de saque e pirataria.

Diante da crise feudal em sua agonia no século XIV, que incluía o esgotamento das terras agricultáveis e das minas de metais preciosos, bem como em um determinado momento uma carência de braços para o trabalho no campo – tendo em vista a peste negra e a superexploração servil –, as classes expropriadoras do trabalho europeias se viram diante de um desafio para a manutenção de sua condição de controle do excedente (FRANCO JR., 1986). Se a solução no continente para tal crise levou a uma crescente dinamização das cidades, do comércio e das manufaturas, como já vimos, para além das terras europeias, a crise será debelada com a incorporação de novas terras e suas riquezas minerais nas Américas; com a exploração de trabalhadores indígenas também nas Américas e com a exportação transatlântica de mão de obra. Tudo isso em um conjunto de medidas que podem ser entendidas como integradas – ainda que não de forma consciente – no chamado colonialismo.

O colonialismo, que pôde ser realizado a partir da incorporação de novas terras à dinâmica produtiva europeia graças ao desenvolvimento e incorporação de avanços tecnológicos implicará em novas dinâmicas espaço-sociais: novas áreas são incorporadas a partir da navegação e conquista pelos europeus, bem como seus habitantes, inaugurando tempos, espaços e relações sociais sob uma égide comandada pelos interesses das classes mercantis da Europa.

É assim que as minas de ouro e prata da *América Espanhola* serão exploradas através da mão de obra nativa submetida a formas variadas de trabalho forçado - em especial a *mita* e a *encomienda* - que, deixando de ter a dinâmica local que antes possuíam, passam a produzir um excedente metálico que será levado para a Europa por vias legais ou ilegais – pelos mecanismos do tráfico ou da pirataria. Essa é, então, uma das formas de *produção de capital*, através da incorporação dos metais preciosos americanos ao circuito monetário europeu, articulada à utilização de uma força de trabalho não-assalariada na produção dessa “riqueza”. Enfim, mecanismos não capitalistas de geração de excedente que antecedem à *reprodução do capital*, sendo, por isso, enquadrados na processualidade de produção ou *acumulação primitiva do capital*.

Dinâmica equivalente se dá nas terras de colonização portuguesa na América do Sul, bem como nas áreas de colonização inglesa ao sul da América do Norte. Nessas áreas predominará aquilo que se convencionou como colonização para exploração, ou seja, aquelas que constituem a colônia como apêndice da metrópole europeia através do chamado *Pacto Colonial*, um dos mecanismos do mercantilismo (Prado Jr., 2006). Se em um segundo momento a colônia portuguesa iniciará a produção de metais preciosos que serão levados para a Europa, no início da colonização a produção agromanufatureira do açúcar garantirá o afluxo de riquezas que serão posteriormente incorporadas ao circuito do capital. A incorporação dessas novas áreas se dá também com o estabelecimento de novas relações sociais e espaciais. Ou seja, a nova realidade sócio-espacial inclui as terras americanas e a mão de obra indígena em seu início. Mas logo essa mão de obra nativa será substituída por outra vinda da África que, pela necessidade de ser trasladada de um continente ao outro, permitirá a criação de uma nova fonte de riqueza para a Europa: o *tráfico de escravos negros africanos*. Assim, não somente o fruto do trabalho dessa mão de obra africana expatriada afluí para os circuitos econômicos europeus, mas também o lucro obtido pela sua venda enquanto ferramenta de trabalho humana (PRADO JR., 2006).

Toda essa incorporação de terras e força de trabalho à dinâmica europeia se dará dentro da perspectiva do colonialismo e possibilitará a formação prévia de uma riqueza no continente europeu e que, uma vez formada e convertida em capital na revolução industrial e na consolidação das relações entre capital e trabalho a partir da maquinofatura, engendrará a reprodução desse mesmo capital dentro do modo de produção capitalista já hegemônico.

Enfim, articulando as processualidades europeia – do campo e da cidade – e mundial – que conforma o colonialismo – conclui-se que a assim denominada *acumulação primitiva de capital* é “o processo criador tanto do capital quanto do trabalho, como produtos conjuntos” (FALCON & MOURA, 1989). O chamado período de transição do feudalismo ao capitalismo será o responsável pela constituição, no decorrer do tempo, de relações sócio-espaciais que configurarão a hegemonia do modo de produção capitalista.

Modo de produção capitalista e sua dinâmica

Por *reprodução de capital* estaremos entendendo aquela processualidade em que o capital se expande a partir de relações em que capital e trabalho se articulam de forma a que aquele possa extrair sobretrabalho deste. Esse processo pode ser denominado como *valorização do capital*, tendo em vista que a força de trabalho é colocada para produzir mercadorias que possuem a dupla condição de serem portadoras de *valor de uso* e de *valor*, sendo que esse se manifesta enquanto valor de troca, que por sua vez, pode ser percebido através dos preços das mesmas mercadorias.

A mercadoria, fundamento da riqueza nas sociedades capitalistas (MARX, 1996), deve ser entendida em sua dupla característica: sua capacidade de satisfazer necessidades humanas e sua produção voltada para a troca e não para o autoconsumo. A primeira característica revela-se no valor de uso da mercadoria, enquanto a segunda pode ser verificada no valor de troca. E mais, ainda que ambos sejam fundamentais para caracterizar a mercadoria, em uma sociedade capitalista, é a produção de valores de troca que mobiliza a criação de mercadorias dentro de um processo de valorização do capital. Para ser mais exato, seria necessário dizer que é a produção de valor – elemento da valorização do capital – que constitui a motivação do capitalista acionar o processo de produção.

No intercâmbio das mercadorias através do mercado, é a quantidade de trabalho que determinará o *quantum* de uma mercadoria será trocado pelo *quantum* de outra. O trabalho socialmente necessário considera a capacidade média produtiva em uma dada sociedade de acordo com as condições técnicas em vigor, reduzindo a uma unidade de trabalho simples as diversas complexidades dos diferentes tipos de trabalho. Daí que, quanto mais trabalho necessário – o maior dispêndio de força de trabalho -, maior será o valor de determinada mercadoria (CARCANHOLO, 2011).

Partindo-se da troca de equivalentes, pode-se verificar que o processo de trabalho em uma sociedade

mercantil tem uma forma material, que produz valores de uso, e outra abstrata produtora de valores de troca. Enquanto em uma economia mercantil simples o produtor procura trocar as mercadorias que produz por outras que ele não faz, na economia desenvolvida da *reprodução ampliada do capital*, ou seja, em uma sociedade capitalista, a produção de mercadorias é a base para a expansão do capital. Aqui a troca se faz no sentido de obter, ao final do processo, *um valor a mais* que aquele despedido no processo de produção. Essa valorização, no entanto, supõe a divisão da sociedade em duas classes fundamentais: os proprietários dos meios de produção e os proprietários apenas de suas forças de trabalho. É essa divisão que possibilitará que na troca de equivalentes entre o salário recebido pelo proletário e o que ele produz através de sua força de trabalho, seja criado um sobrevalor, ou um valor a mais que será incorporado pelo capitalista. Esse valor a mais é que permite a acumulação de capital, ou seja, o processo de valorização do capital. Tem-se assim a reprodução ampliada do capital.

Juntamente com essa dinâmica social, constitui-se uma determinada espacialidade que tanto é condição quanto meio para a reprodução do capital (CARLOS, 2011). Ou seja, não há uma constituição espacial prévia para que a dinâmica das relações sociais possam se dar, ou, pelo contrário, o estabelecimento de determinadas relações sociais para que posteriormente se constitua uma dada espacialidade. O que ocorre é uma *relação dialética entre espaço e relações sociais*, de tal forma que, como já foi dito, *espacialidade e sociabilidade se articulam contraditoriamente em uma totalidade cuja processualidade se desenrola na temporalidade, essa também dialeticamente articulada àquelas*.

Além dessa contradição entre capital e trabalho, os capitalistas encontram-se envolvidos em uma relação também contraditória pela disputa entre si do excedente social produzido pelo conjunto da força de trabalho. Essa *concorrência* entre os capitalistas não é uma contradição de classes, mas sim uma *contradição intraclasse*, entre os diversos setores da economia capitalista. Mesmo em situações em que o capitalismo tenha deixado de ser aquilo que ficou conhecido como capitalismo da livre concorrência e tenha sido dominado pelos monopólios (ou melhor, pelos oligopólios), ainda persiste uma disputa para se verificar qual capitalista (ou qual ramo da produção capitalista) conseguirá incorporar a si a maior parte do excedente social produzido. Ou seja, considerando-se uma mais-valia global produzida em determinada sociedade, a mesma será repartido pelos diversos capitalistas. Aqueles capitalistas que conseguirem incorporar ao seu capital maiores parcelas do excedente total produzido serão aqueles

que terão realizado com mais vigor a reprodução do capital. Em longo prazo, essa concorrência intracapitalista acaba por acentuar as situações oligopolísticas, já que aqueles capitais que se reproduziram em maior escala estarão em condições de ampliarem sua expansão e, conseqüentemente, continuarem a expandir sobre novas e mais amplas bases.

Além da concorrência, a anarquia da produção significa aquela condição em que o conjunto de capitalistas não se submetem a uma regulação global sobre a produção. Daí que, mesmo que cada empresa possua seu planejamento interno e atue com base em dados que objetivam sua permanência no mercado, *não existe um planejamento global da reprodução de capital* que objetive alocar de maneira mais produtiva os diversos agentes, sendo essa função *reguladora* exercida pelo mercado. Longe se vão os tempos da crença ingênua na *mão invisível do mercado*, mesmo em tempos de oligopólios e as mais diversas modalidades de intervenção estatal na economia, esta não se funda em uma racionalidade de alocação de recursos globais, mas sim articulada àquela disputa pela maior parcela do mais-valor global produzido. Daí que os diversos capitais busquem sempre a maior mobilidade possível no sentido de serem capazes de movimentarem-se sempre para os ramos em que a reprodução de capital esteja se dando em maior amplitude.

Essas três dinâmicas contraditórias do capital não se dão em separado, mas intimamente articuladas. O contínuo investimento em tecnologia – que contribui para o avanço do desenvolvimento das forças produtivas – tanto possibilita um maior controle do capital sobre o trabalho, o que se articula à primeira contradição entre ambos, quanto possibilita, com o aumento da produtividade, uma maior incorporação da mais-valia global produzida, o que se vincula à contradição intercapitalista. Por sua vez, esse contínuo desenvolvimento das forças produtivas se dá em um quadro de anarquia da produção em que os diversos ramos da economia estarão disputando entre si o excedente social sem que se tenha a garantia de estarem alocando da maneira mais eficiente os diversos fatores de produção. Articulando as três contradições, tem-se a constituição de uma dinâmica cíclica do capitalismo que leva à *plena ocupação dos fatores produtivos*, a saber: dos meios de produção e da força de trabalho. O quadro de pleno emprego dos fatores de produção é o *prelúdio da crise do capital*, pois esse encontra o limite para continuar se expandindo, ou seja, para continuar com a sua reprodução. Sobrevêm, então, as *crises de superprodução*.

As crises, no modo de produção capitalista, não são decorrentes da ausência de produção ou de uma produção reduzida, mas sim o resultado de uma situação em que o capital, tendo-se reproduzido continuamente, encontra-se diante do *limite para continuar a se valorizar*. São, assim, crises de superprodução de capital onde os fatores de produção estão sendo plenamente utilizados de forma lucrativa, ou seja, de maneira que permitam uma contínua expansão do capital. É verdade que a força de trabalho pode estar sendo utilizada abaixo de sua capacidade em determinadas situações de crise, o que se dá por conta do aumento da produtividade dos meios de produção, de forma que, a incorporação de mais trabalhadores ao processo produtivo só teria a agravar as dificuldades enfrentadas pelo capital para continuar se expandindo. Daí que a força de trabalho seja dispensada em determinadas situações de pleno emprego dos meios de produção, principalmente aquelas decorrentes de avanços tecnológicos. O que poderia ser um contrassenso, mas não o é, pois o capital se valoriza realizando a extração de mais-valia dos trabalhadores, mas não necessariamente através da venda de mercadoria aos mesmos, podendo inclusive realizá-lo a partir da transação do mesmo entre os diversos ramos do capital ou do consumo das classes capitalistas.

As crises de superprodução, por sua vez, são enfrentadas de diversas formas. Uma primeira delas constitui-se na *incorporação de novas espacialidades* à dinâmica de reprodução do capital – o que se configura como manutenção atualizada das mais diversas formas de *acumulação de capital* – e a outra se realiza como *destruição de forças produtivas* através de mecanismos que vão da obsolescência programada até as guerras.

A título de conclusão: capitalismo e crise

A crise de superprodução mostra com toda crueza o caráter contraditório do capitalismo. Seu sucesso é o fator de seu fracasso. E para iniciar um novo ciclo de expansão, o capital deve *incorporar novas espacialidades/ relações sociais*. Ou seja, há uma *expansão na base socioespacial do modo de produção capitalista*, que passa a hegemonizar novos espaços e relações. Por exemplo, a incorporação do campesinato à lógica do capital representa certamente uma possibilidade de expansão das relações capitalistas. Ainda que o campesinato preserve sua condição camponesa – proprietário dos meios de produção e de sua força de trabalho –, a subsunção ao capital pode prescindir da dominação formal, bastando apenas a inserção subordinada como, por exemplo, fornecedor de matéria-prima

para a agroindústria. Tal expansão se dá de um modo também evitado de contradições através de um movimento combinado, em que grande parte do mundo está, de alguma forma, articulado ao capital de maneiras e graus diferentes.

Ao mesmo tempo em que o capital se reproduz em escala ampliada pela incorporação da força de trabalho assalariada, ele persiste com práticas de acumulação – não mais “primitivas” – de capital. É assim que florestas e águas são mercantilizadas de forma ampliada no atual momento histórico, bem como as condições de trabalho fazem lembrar o início a revolução industrial: superexploração do trabalho que passa a estar precarizado e terceirizado, quando não mesmo dispensado. E isso para não mencionar as atuais formas análogas à escravidão no campo (agenciados por “gatos”) e na cidade, onde migrantes latino-americanos são submetidos a brutal exploração.

Mostra dessa expansão do capital é, sem dúvida, o imperialismo do final do século XIX e início do século XX. Mas também o é atual a etapa denominada de *globalização*, quando o capital incorpora novas espacialidades, expande aquelas que já domina, além de aprofundar as formas de exploração da classe trabalhadora.

Também a guerra é instrumento importante na dinâmica reguladora do capitalismo por meio da destruição das forças produtivas. Através de diversas modalidades de enfrentamento, a guerra acaba por destruir para ter de reconstruir, restabelecendo o nível da produção capitalista nos países vitoriosos do conflito. Ainda que pessoas morram por conta da guerra ou deixem de ter acesso ao mínimo necessário devido aos gastos militares, para o capital, o importante é possibilitar a sua valorização sempre ampliada. Esse caráter destrutivo do capital nem sempre se mostra em muitas das análises que dele se faz. Haja vista que será a Segunda Guerra Mundial - e não as políticas regulatórias no marco do *New Deal* - que colocará a economia capitalista em um novo ciclo expansivo. Além disso, boa parte do século XX será marcada pela expansão dos gastos militares durante a Guerra Fria, o que terá função extremamente relevante na *regulação da economia capitalista*.

Não se pode esquecer, ainda, que as *duas “soluções” para as crises capitalistas* se articulam, já que diversas guerras abrem a possibilidade não somente de reconstrução de forças produtivas por elas destruídas, mas também a de incorporação de espaços e sociabilidades ainda não totalmente vinculadas ao capital a sua lógica expansiva. Daí que as guerras sejam utilizadas nos tempos remotos e atuais do capital para garantir

o acesso a matérias-primas – petróleo, água, biodiversidade etc. – bem como a inserção de populações que viviam em modos de produção não-capitalistas à dinâmica mercantil – o que inclui desde as guerras imperialistas até a violência que marca a expansão da fronteira agrícola no Brasil, que, se não pode ser designada como guerra propriamente dita, não deixa de ser extremamente destrutiva das socioespacialidades das áreas incorporadas ao capital pelo agrohidronegócio e pela mineração.

Enfim, a crise faz com que o modo de produção capitalista encontre seus próprios limites internos e, para “solucioná-la”, o capital articula tanto a produção (acumulação) de capital, quanto a sua reprodução ampliada. Ou seja, não se pode identificar a acumulação capitalista apenas como um momento histórico específico anterior à Revolução Industrial, mas sim verificar que tal processualidade ainda hoje tem o sentido de ampliar a hegemonia do modo de produção capitalista diante da totalidade da formação socioespacial no decorrer do tempo. Assim, enquanto expande sua hegemonia em direção à incorporação subsumida ou à simples destruição de formas não-capitalistas, o capital também amplifica a exploração da força de trabalho via a utilização de tecnologias e métodos produtivos em que o trabalho se torna cada dia mais subordinado à dinâmica de valorização do capital. Contraditório e combinado, o capital se produz e se reproduz destruindo modos de produção não-capitalistas, realizando a subsunção formal de outros modos de produção, destruindo forças produtivas ou ampliando-as tecnologicamente, realizando a subsunção real do trabalho através da produção de mais-valor, fazendo guerras para regular o ciclo econômico ou realizar a destruição que possibilitará uma nova dinâmica expansiva, enfim, uma luta constante para a manutenção de sua hegemonia.

Referências bibliográficas

- CARCANHOLO, Reinaldo (org.). Capital: essência e aparência – vol. 1. São Paulo: Expressão Popular, 2011, 170pp.
- CARLOS, Ana Fani. A condição espacial. São Paulo: Contexto, 2011, 158pp.
- CHAUÍ, Marilena. Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986, 180p.
- FALCON, Francisco & MOURA, Gerson. A formação do mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: campus, 1989, 11ª Ed., 130pp.
- FOLADORI, Guillermo. Limites do desenvolvimento sustentável. Campinas: Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2001, 222pp.
- FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história. Rio de Janeiro: ESPJV/Editora UFRJ, 2010, 384pp.
- FRANCO JÚNIOR, Hilário. O Feudalismo. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- MARX, Karl. O capital – crítica da economia política. Volume 1, tomo 1. São Paulo: Nova Cultural, 1996, 496pp.
- MOREIRA, Ruy. Geografia e práxis: a presença do espaço na teoria e na prática geográficas. São Paulo: Contexto, 2012, 222pp.
- NETTO, José Paulo & BRAZ, Marcelo. Economia Política: uma introdução. São Paulo: Cortez, 2009, 5ª Ed., 258pp.
- PRADO JÚNIOR, Caio. História econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2006, 368pp.
- SINGER, Paul. Curso de introdução à economia política. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1975, 186pp.
- SWEEZY, Paul. Teoria do desenvolvimento capitalista: princípios de economia política marxista. São Paulo: Abril Cultural, 1983, 288pp.